

## **PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES**

*Substitutivo ao Projeto de Lei nº 15/2025 –  
Aspectos de Constitucionalidade – Legalidade  
– Redação – Mérito.*

### **01- Do Relatório:**

Em análise perante as doudas Comissões, nos termos do art. 87, incisos I, II, III, IV e V, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 15/2025, de autoria do Vereador Simental, que “Dispõe sobre normas urbanísticas e ambientais aplicáveis à instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR) no Município de Cláudio/MG, nos termos da legislação federal vigente”.

O Substitutivo reestrutura o projeto originário e incorpora alterações voltadas à adequação constitucional, em especial para evitar invasão da competência legislativa privativa da União sobre telecomunicações.

### **02- Da Fundamentação:**

A matéria tratada no Substitutivo ao Projeto de Lei, cujo objeto é estabelecer normas urbanísticas e ambientais relativas à instalação de Infraestruturas de Suporte para Estações Transmissoras de Radiocomunicação – ETR no Município de Cláudio/MG insere-se no âmbito do interesse local, nos termos do art. 30, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal. Por essa razão, trata-se de tema sobre o qual o Município possui competência legislativa plena para disciplinar aspectos urbanísticos, ambientais e de uso e ocupação do solo, desde que respeitada a legislação federal aplicável.

O substitutivo apresentado ao projeto original respeita a iniciativa legislativa concorrente, prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do Município, guardando esta relação direta com aquele, aliado ao fato que não foram detectados vícios de competência ou de iniciativa na proposição apresentada.

Por seu turno, o substitutivo está de acordo com o disposto no art. 191 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cumprindo também os requisitos contidos na legislação municipal.

Assim, não há objeção quanto à constitucionalidade e legalidade do substitutivo em questão. No mesmo sentido, o substitutivo cumpre os requisitos exigidos na legislação em vigor, estando garantida a sua juridicidade.

Por fim, o substitutivo encontra-se redigido em boa técnica legislativa, respeitados inclusive os preceitos da Lei Complementar 95, de 26.02.1998, atendendo aos requisitos legais necessários tanto pela legislação federal quanto municipal, estando apto à tramitação, discussão e deliberação pelo Plenário.

### **03-Da Conclusão:**

Por tais motivos, somos de parecer favorável à tramitação e deliberação plenária do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 15/2025. É o parecer. É o voto.

---

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:**

Relator Vereador Fernando Tolentino  
Votamos de acordo com o relator:

Geraldo Lázaro dos Santos  
Vereador Revisor

Kaká Amorim  
Vereador Presidente

---

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:**

Relator Vereador Maurilo do Sindicato  
Votamos de acordo com o relator:

Kedo Tolentino  
Vereador Revisor

Geraldo Lázaro dos Santos  
Vereador Presidente

---

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, HABITAÇÃO, TRANSPORTE, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO:**

Relator Vereador Kaká Amorim  
Votamos de acordo com o relator:

Frederico Amorim  
Vereador Revisor

Nivaldo  
Vereador Presidente

---

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, CIÊNCIA, CULTURA E LAZER:**

Relator Vereador Frederico Amorim  
Votamos de acordo com o relator:

Evandro da Ambulância  
Vereador Revisor

Rosângela Diretora  
Vereadora Presidente

---

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:**

Relator Vereador Frederico Amorim  
Votamos de acordo com o relator:

Maurilo do Sindicato  
Vereador Revisor

Fernando Tolentino  
Vereador Presidente

---

**Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2025.**